

EDITORIAL

O PROGRAMA de reconstrução pós-cheias já tem "pernas para andar" face à pronta resposta manifestada pela comunidade doadora internacional durante a conferência de Roma, terminada ontem, na qual o Governo moçambicano formulou um pedido de 450 milhões de dólares para reerguer o que foi destruído pela fúria das águas. Os fundos disponibilizados ultrapassam em cerca de três milhões de dólares ao montante solicitado pelo Executivo moçambicano para a reconstrução do tecido social e económico, o que demonstra mais uma vez a confiança que a comunidade internacional deposita no futuro de Moçambique.

A presença em Roma, de uma delegação moçambicana encabeçada pelo Presidente da República, Joaquim Chissano, foi preponderante e crucial para convencer os parceiros internacionais para a necessidade e urgência da concessão dos fundos necessários para que as populações das províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Manica e Sofala, assim como a capital do país possam a breve trecho retomar a sua vida normal.

Comentando no final da conferência os resultados aí obtidos, o Chefe do Estado moçambicano sublinhou de uma forma categórica que o que falta é a flexibilização dos mecanismos para a recepção dos fundos disponibilizados, de modo a que se possa avançar rapidamente para a fase da reconstrução e minimização dos desajustes surgidos em consequência das cheias.

A mesma celeridade é solicitada para os países doadores no que diz respeito à realização de concursos para adjudicação de obras a serem realizadas nas províncias afectadas, por forma a que a reposição das infra-estruturas destruídas seja a curto prazo, sob pena de agravar ainda mais o nível de vida, já de si precário, das pessoas atingidas pelas cheias.

Esta fase de reconstrução que se segue é fundamental para que Moçambique nos próximos tempos possa concentrar as suas atenções em dar continuidade às actividades de desenvolvimento já projectados pelo Executivo moçambicano para o período 2000/2004, cujo programa já foi aprovado pela Assembleia da República.

Considerando que Moçambique continua a ser um dos países mais pobres do mundo, devastado pela guerra e calamidades naturais cíclicas, é pretensão do Governo no seu actual programa quinquenal incidir as suas acções no sentido da redução da pobreza absoluta que afecta mais de 70 por cento dos moçambicanos, melhorar os serviços de educação e saúde, bem como aumentar o número de população com acesso ao abastecimento de água potável, entre outras acções.

Por isso uma grande fatia de responsabilidade nesse processo de desenvolvimento sócio-económico nacional está, deste modo, nas mãos do Executivo, que deve ser consubstanciado pelo esforço abnegado de todos os moçambicanos em participar de uma forma activa nos trabalhos da reconstrução. É gratificante o facto de a comunidade internacional ter reconhecido as nossas dificuldades em consequência das cheias, mas o mais importante é que os moçambicanos trabalhem e produzam riqueza de modo a não passar a vida eternamente de mão estendida.

O apoio excepcional concedido agora pela comunidade internacional deve ser correspondido pela forma como o Governo vai gerir de forma transparente os fundos disponibilizados e que as pessoas afectadas sejam contempladas por forma a reconstruírem as suas vidas, o mais rapidamente possível.

Em Romã, a comunidade internacional manifestou a sua compreensão pelos esforços que o nosso país já realizou no âmbito do processo de reformas económicas, sendo que estas devem ser prosseguidas com vista a que tenham o efeito desejado na melhoria do nível de vida dos moçambicanos. Porém, é pertinente que neste momento todos os moçambicanos façam um esforço extraordinário para que o espectro da pobreza e da miséria seja combatido, com vista a caminharmos paulatinamente para o bem-estar social que todos desejamos.